INCLUSÃO NA ESCOLA

DANIEL AUGUSTO FERREIRA

RESUMO
Este artigo tem o intuito de promover a educação inclusiva, na qual por muita das vezes torna-se exclusiva por inúmeros motivos, sendo alguns destes a falta de capacitação docente tanto em sua formação quanto em sua prática docência, que por muitas das vezes se tornam práticas mecanizadas e desmotivadas. Abordaremos o processo de conscientização no qual ainda é vivenciado no Brasil em que as escolas de educação básica tendem a adaptar-se as necessidades especiais da atual sociedade, não adaptando apenas em questões acessíveis como rampas de acesso ou banheiros adaptados, mas sim no sistema pedagógico e aprendizagem democrático existente em uma instituição escolar. Portanto espera se que diante de uma escola democrática, na qual os direitos de todos devem ser respeitados e garantidos há a necessidade de partir da reflexão da observação e da ação pedagógica para o desenvolvimento do indivíduo em que ele possa construir e desenvolver sua capacidade social.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão, educação inclusiva, capacitação docente.

ABSTRACT
This work aims to promote inclusive education, which for many times becomes exclusive for a number of reasons, some of which are the lack of teacher training both in their training and in their teaching practice, which in many cases become mechanized and unmotivated practices. We will approach the process of awareness that is still experienced in Brazil in which basic education schools tend to adapt to the special needs of today's society, not only in accessibility issues such as access ramps or adapted toilets, but also in terms of educational system and democratic learning in a school institution. Therefore, it is hoped that before a democratic school, in which the rights of all must be respected and guaranteed, it is necessary to start from the reflection of observation and pedagogical action for the development and construction of the individual and his social capacity.

KEYWORDS: inclusion, inclusive education, teacher capacitacion.

INTRODUÇÃO

O tema da inclusão apresenta-se atualmente muito relevante para a compreensão da sociedade, estamos a caminho da construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. Tal situação pode ser constatada, através de constantes estudos e discussões acerca do tema, além de abordagem em mídias, sociedade em geral, programas e serviços, etc. O significado de Inclusão parece de simples compreensão quando consultado em um dicionário. Aurélio (online) define inclusão, ato ou efeito de incluir, partindo deste termo, entendemos que inclusão social é o conjunto de ações que garante a participação igualitária de todos na sociedade. Levando-nos a entender que, inclusão no contexto escolar consiste na ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário ao sistema de ensino. Em que não seja tolerado nenhum tipo de discriminação, seja por gênero, religião, etnia, classe social, física ou intelectual. No presente trabalho de pesquisa abordaremos a inclusão no âmbito educacional, para a compreensão, abordaremos no primeiro capítulo um breve relato sobre a exclusão de pessoas deficientes desde a Antiguidade para compreender o desenvolvimento desse processo, sociologicamente falando, quanto ao tema em questão. Abordaremos as conquistas e desafios da inclusão no âmbito educacional, tendo em vista o disposto na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), também a Declaração de Salamanca. (1994) da Unesco. Esses documentos têm enfatizado esse conceito, colaborando assim com a conscientização da sociedade sobre o outro lado da inclusão, o lado da necessidade de modificação da sociedade (escolas, empresas, espaços urbanos etc.) em relação às necessidades das pessoas.

Sendo assim, a inclusão escolar consiste na integração de alunos com necessidades educacionais especializada (NEE), em classes regulares, compartilhando as mesmas experiências e aprendizados com os estudantes que não apresentam NEE. Resumindo, educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar.

A opção por este tipo de educação não significa negar as dificuldades dos estudantes, pelo contrário, com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidades. Dentro dessas variedades, a partir da realidade social, que se pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência de todas as crianças.

Diante dessa premissa, abordaremos no segundo capitulo o desempenho profissional dos professores do ensino básico diante da inclusão, as dificuldades em que se depara o docente, face às exigências da LDB e às condições reais desse mesmo professor ao lidar com o estudante com deficiência. Estamos cientes que a formação inicial desses professores não fornece subsídios suficientes para professores exercerem sua prática com qualidade principalmente em questões inclusivas.

O governo vem ampliando o atendimento aos alunos NEE, porém não há apoio às instituições, sendo assim, fica claro o comprometimento da qualidade ao atendimento a esses educandos de forma adequada. Esse tipo de atendimento especializado requer capacitação, preparo, cursos de formação continuada, salas especiais, equipamentos e recursos que demandam investimentos numa escala às vezes muito maior de custos por aluno maiores do que os educandos que não necessitam de tais recursos. A formação continuada deve receber mais investimento por meio do Governo e Municípios com o intuito de ampliar a capacitação profissional dos educadores para ser refletido na sociedade que por sua vez ainda tem dificuldade de aceitar a inclusão tanto no sistema educacional quanto no mercado de trabalho.

Por fim destacamos no terceiro capítulo, meios necessários para uma prática inclusiva, levando em conta uma gestão democrática sendo o ponto de partida para promover a inclusão no sistema educacional. Portanto a prática pedagógica deve estar em harmonia com a gestão, com intuito de garantir a educação desses alunos de maneira eficaz diante das barreiras, promovendo o respeito e igualdade de ensino.

A DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO HISTÓRICO

Na Antiguidade as pessoas as quais não pertenciam à nobreza, eram consideradas sub-humanas e desnecessárias, além disso, pessoas portadoras de deficiência eram excluídas da civilização, tendo por destino o abandono para morte. Isso ocorria porque, fugiam dos padrões de força e beleza estabelecidos na época.

Em Roma e Spartacus as crianças eram treinadas para guerra ou para Arte por exemplo, as famosas esculturas gregas, onde idealizavam as pessoas com os corpos perfeitos, homens e mulheres sendo saudáveis fortes igualando-os aos deuses, deusas e guerreiros onde predominava a cultura de força e beleza como propriamente mencionado, enquanto os recém-nascidos portadores de deficiência eram considerados inúteis para a sociedade e família logo eram abandonados em florestas, rios ou deserto.

Há relatos, segundo Gugel (2007), de pais que abandonavam as crianças dentro de cestos ou outros lugares considerados sagrados. De acordo com Silva, sempre existiram pessoas com deficiência na história da humanidade:

> Anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, apurações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade" (SILVA, 1986, p .21)

Para Kanner, "a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga é a de bobo da corte e/ou palhaço, para diversão dos senhores e de seus hóspedes" (KANNER, 1964, p.05, citado por ARANHA, 2005, p. 07). Devido a esse contexto, com o decorrer da história da humanidade já na Idade Média, pessoas deficientes sempre foram excluídas do convívio social no qual,

eram vítimas de abandono, se tornavam pedintes nas ruas ou eram mantidas escondidas, porque naquela época ser deficiente era sinônimo de vergonha para família, ou até mesmo consideradas pelo Clero da Igreja Católica pessoas pagãs pelos pecados de seus ancestrais e/ou possuídas por demônios resultando até mesmo na condenação por meio da fogueira ou enforcamento.

No século XVI, as crianças com alguma deficiência mental grave eram consideradas possuídas por demônios, acreditavam que os demônios que possuíam estes retardados ficavam onde suas almas deveriam estar. (SILVA, 1987).

Da Idade moderna até os dias atuais pode-se dizer que houve um avanço democrático para o ser humano de modo geral, com o surgimento de decretos e leis que assegurassem os direitos de todos, inclusive o de portadores de deficiência. Á partir do final do século XIX e início do século XX, período de guerras vários soldados retornam para seus lares mutilados, necessitando de readaptação, logo o governo visa a necessidade de garantir direitos onde pessoas com deficiência pudessem receber os atendimentos necessário, em países europeus como, Grã-Bretanha e França, também nos EUA começam a surgir entidades e programas de centro de treinamento para os veteranos, surgem também os manicômios, ao decorrer do tempo estas instituições foram se especializando, deixando de serem abrigos e sim um lugar onde o deficiente tivesse a devida atenção.

No Brasil, a história da inclusão, ou seja, o atendimento a pessoa portadora com deficiência se deu a partir do século XIX, por iniciativas oficiais e particulares isolados, pelo interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional, esta preocupação se deu aqui no Brasil no final dos anos 50 e início dos anos 60 no século XX. A história da educação especial foi se organizando de maneira assistencial. Na década de 60 ao decretar a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN 4.024/61), estabelece ao poder público o compromisso com a educação especial.

Em 1971 o ministério da educação criou o órgão autônomo sob o tema do art.9 da lei n.5692/71, que constava a previsão de tratamento especial aos excepcionais. Em 1975, aprovado a Declaração das Pessoas Deficientes, neste documento destacava a dignidade e o respeito para com os direitos das pessoas com deficiência e ao direito pelo tratamento para o seu desenvolvimento a inclusão social está inserida na temática de um estado democrático e social de direitos.

A luta por direitos continua, pois apesar do indivíduo portador de deficiência ser amparado legalmente, também enfrenta os desafios perante uma sociedade egoísta a qual é inserido. Uma das maiores dificuldades é utilizar a lei que está no papel e colocá-la em vigor no sistema social. Levando em conta que por muita das vezes, por falta de informação a maioria das pessoas deficientes por serem humildes talvez, nem tenham o pleno conhecimento de seus direitos se tornando vítimas e excluídas da sociedade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA CONQUISTAS E DESAFIOS

Em 1948 na Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas, (ONU), foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Em seu artigo 1 diz que “Todas os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

Isso ocorreu em um período pós-guerra, baseando-se na luta pela igualdade e dignidade de todo ser humano, garantindo seus direitos essenciais como cidadão. O objetivo seria então realmente promover a paz mundial, entidades e ongs começam a serem mais valorizadas a partir desse momento. Em 1954 no Brasil, surge o Movimento das Associações dos Pais e Amigos Excepcionais (APAE), foi criada devido o Estado não assumir responsabilidade em relação as pessoas com deficiência intelectual, a partir daí aumentou os números de escolas especiais.

Portanto a partir do Século XX, estudiosos começaram a pensar numa alternativa de educação para pessoas com deficiência, percebendo que a escola especial contribuía para segregá-las ainda mais na sociedade. Começou-se a falar em integração dessas pessoas na escola. Primeiro, criando turmas

especiais em escolas regulares, depois, pensando em alternativas para essas crianças fazerem parte de turmas regulares durante um período do dia para conviver com outras crianças, ditas “normais”.
Em paralelo a isso, a concepção de que essas crianças não podiam aprender por causa das suas limitações foi se modificando. Achava-se que crianças com determinadas deficiências tinham o mesmo limite para aprender. Estudos sobre o cérebro e a descoberta da sua plasticidade, ou seja, da sua capacidade constante de aprendizagem, contribuíram para que se tivesse outro tipo de olhar em relação as pessoas com deficiência. Junto aos avanços da ciência, movimentos de pessoas com deficiência e suas famílias passaram a reivindicar seu lugar como membros da sociedade e a questionar a segregação.
A Constituição Federal do Brasil assume o princípio da igualdade como pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa, quando reza no caput do seu art. 5° que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (CF - Brasil, 1988).
Baseando nesse contexto histórico pode-se dizer que sempre houve a necessidade de incluir pessoas deficientes no convívio social, a luta por esse direito vinha cada vez mais ganhando sua importância e respeito.
Em 1990 surge a Lei Nº 8.069. Mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, esta lei garante entre outras coisas o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial Lei Nº 9.394–1996. Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”.
Em 1994, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi concebida na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca Espanha, tendo por resultado a Declaração de Salamanca. O documento é uma resolução que trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais, e dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação em Educação Especial. No que tange à escola, o documento aborda a administração, o recrutamento de educadores e o envolvimento comunitário, entre outros pontos:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem conhecer e reconhecer as diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de um currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...). (Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994).

Ao analisar todo o processo pela busca por direitos a educação inclusiva, o maior desafio a ser encarado no sistema de educação básica tanto para a gestão escolar, quanto para os próprios alunos deficientes, não seria o seu ingresso à escola mas sim, a falta de capacitação docente necessária para o desenvolvimento pedagógico dos mesmos, visto que a formação necessária de professores neste período bastava a realização do magistério, tendo em vista que somente no ano de 2002 com a Resolução CNE/CP Nº1/2002: A
Resolução “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de li-

cenciatura, de graduação plena". Afirmando que em relação a Educação Inclusiva, deve incluir" conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, a partir daí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE

Como mencionado no capítulo anterior referente a formação do professor a partir de 2002 passou a ser exigida a graduação para professores incluindo como disciplina regular a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. (18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000). A Libras deve ser inserida como uma disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores. Apesar da legislação promover direitos e igualdades percebe-se que, profissionais recém formados declaram não estarem preparados para enfrentar tais desafios como atuar diante de crianças deficientes.

Para os professores é muito difícil incluir as crianças com necessidades especiais tanto por insegurança quanto por não saberem como inclui-las ou por não terem uma devida formação para tal a realização do seu efetivo trabalho. Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, ao se tratar de os alunos com deficiência, afirma (MONTOAN, et al 2003 p. 14). As universidades ou os cursos de formação de professores em geral, tem a função de fazer com que seus formandos saiam com conhecimentos que possam estimular novas atitudes, principalmente no que diz respeito à diversidade.

Portanto percebe-se que essa insegurança da parte dos docentes resulta na exclusão dentro das escolas, basicamente entende-se que é através de situações problemas vivenciados no decorrer da carreira docente que o professor adquiri experiências e técnicas para melhor realização de seu trabalho. Porém, quanto tempo o professor necessita para aprender a lidar com esses desafios? Para FITZGIBBON (apud MAZZOTA 1993), em quatro anos de formação, o professor não está preparado totalmente para trabalhar na prática inclusiva, somente nesse tempo de formação isso sai capacitado para as funções básicas do ensino.

Nesse mesmo sentido, Perrenoud (1993, p. 26), explicita que há necessidade de reformulações na formação inicial do professor de ensino básico. Ele aponta para uma grande dose de idealismo nestes cursos e para o fato de que grande parte do que se aprende não é possível ser aplicado na prática, visto que muitos formadores desconhecem a realidade da sala de aula, das escolas e do sistema educacional. Porém não existem receitas acabadas, mesmo porque cada educando é único, assim como, são únicas as diferentes situações.

Talvez a questão não seja o tempo, mas sim, a qualidade da formação além é clara da busca pela formação continuada, a maioria dos professores se acomodam profissionalmente após a primeira graduação, uma vez já concursados na rede de ensino se mantem em zona de conforto. Talvez isso ocorra por não obterem a devida valorização profissional na qual o professor se sinta motivado à buscar maiores saberes, por exemplo, uma professora graduada em pedagogia e pós-graduada em psicopedagogia e/ou educação especial pode vir a ter o salário equivalente ao de uma professora apenas graduada em pedagogia, causando a desmotivação na busca pela profissionalização. No entanto para Nóvoa:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões colectivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores. (NÓVOA,1995, p.25).

Mesmo diante das necessidades educacionais inclusivas, instituições de ensino devem apropriar-se de inúmeras tecnologias pedagógicas existentes, para promover a acessibilidade dos alunos, inclusive fornecer meios

para a existência da formação contínua dos profissionais de educação, proporcionando subsídios visando melhorias do processo ensino aprendizagem. Sabemos que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades e/ou diferenças. Porém, é de extrema importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas sim, que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas competências e habilidades.

Neste sentido o professor deve, além de proporcionar o acesso à educação desses estudantes, combater barreiras que possam provocar a exclusão educacional. Barreiras devem ser quebradas para que a inclusão se torne realidade. Entre elas a reformulação de práticas pedagógicas e processo de avaliação no qual se tornaram habilidades mecânicas. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno.

Portanto a capacitação docente depende de mudança de valores e a vivência de um novo conceito que não se faz com simples recomendações técnicas, ou por rotinas as quais enfatizam o dito popular "sempre foi assim e sempre será assim", mas com reflexões dos professores que se enquadrem no dever de desenvolver seu trabalho e acreditar que independentemente de serem deficientes esses alunos têm capacidade de exercerem sua cidadania diante a sociedade com dignidade, respeito e credibilidade.

CONCEITOS NECESSÁRIOS PARA UMA PRÁTICA INCLUSIVA

Falar sobre educação inclusiva implica falar sobre diferenças: como lidar com diferenças nas escolas, nas salas de aula e no currículo em geral. O atual debate não é mais sobre o que é a inclusão e porque é necessário; a questão-chave é como se faz para essa prática ser alcançada. A prática educacional inclusiva tem por tendência diminuir cada vez mais o índice de discriminação e aumentar o convívio com as diferenças. Sendo assim a instituição educacional deve promover não somente a igualdade, mas sim, os direitos e também a equidade em seu contexto ao considerar os conhecimentos prévios dos educandos além de sua cultura e suas motivações diante suas necessidades.

Para que a educação inclusiva de fato aconteça, a gestão democrática poutada nas políticas públicas educacionais, tem o papel fundamental neste processo, pois, é por meio dela que a inclusão pode ou não acontecer em uma instituição educacional, entrelaçando o trabalho administrativo com a prática pedagógica. O gestor é quem conduzirá sua equipe na promoção da prática inclusiva, estabelecendo condições favoráveis para a concretização da mesma, não apenas no interior da escola, mas relacionando a família e abranger toda a comunidade em torno.

Considerando que a família é o primeiro espaço social de referência para a criança na construção de valores, sendo a comunidade o espaço mais amplo, onde novas referências e valores se desenvolvem. Portanto a participação da família e da comunidade na escola contribui para a coleta de informações, críticas, sugestões, solicitações de melhorias.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n° 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, afirma que:

...é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Art.4°).

Portanto para promover uma prática inclusiva, julga-se necessário a união entre escola, família e comunidade.

A prática inclusiva visa minimizar ou eliminar essas barreiras e apoiar o sucesso de todos os alunos, assegurando simultaneamente que os padrões acadêmicos não sejam comprometidos. Um ambiente inclusivo para aprender antecipa as variadas necessidades dos alunos e visa assegurar que todos os alunos tenham acesso igual a oportuni-

dades educacionais através de um design inclusivo.

Existem 5 princípios abrangentes de aprendizagem inclusivos, abaixo, que podem ser aplicados em todas as áreas de design e entrega do currículo. Esses princípios geralmente se sobrepõem e se apoiam quando aplicados:

1. Ser flexível – tem o significado de ser aberto a mudanças e versátil, obtendo a paz de responder a uma população estudantil diversificada e em evolução e a mudanças nas circunstâncias. Podemos refletir acerca da preocupação em ser flexível junto as práticas pedagógicas em educação inclusiva, flexibilizar é garantir o direito a toda diferença, observando e acompanhando os alunos, considerando suas características individuais, culturais e sociais, atuando-se a algumas mudanças e reformas necessárias para garantir a todos e igualmente respondendo com flexibilidade as aprendizagens. Pois, na sala de aula requer uma flexibilidade também em todo planejamento, que está por sua vez deve ser capaz também de responder com enriquecimento a população infantil em sua parte diversificada, sem distinção ou em partes, sendo única, dinâmica e flexível, pois cada criança aprender de um modo singular, tem a sua história, características pessoais e necessidades específicas.

2. Ser equitativo - De acordo com a definição, ser equitativo está relacionado com o "ser justo", em um sentido moral e/ou ético. Oportunidades ao processo mediante o qual o sistema geral, ao meio educacional, cultural, de trabalho e de lazer deve tornar-se acessível a todos proporcionando acesso para as pessoas deficientes dentro das estruturas sociais, educacionais e de trabalho existentes na sociedade. Essas estruturas incluem todos os níveis de atendimento sanitário, educação primária, secundária e superior, programas de treinamento profissional e de colocação em emprego e medidas de seguridade social e serviços sociais.

3. Trabalhando colaborativamente – Diante de uma educação inclusiva há a necessidade do envolvimento de professores, estudantes, família e principalmente gestão no envolvimento de todo o processo educativo, no planejamento de ensino e avaliação, conteúdo e prática colaborativa.

4. Personalização de apoio- Deve-se visar a criação de um sistema de apoio, oferecendo reais oportunidades de inclusão, tornando a sociedade mais equânime, menos segregada e mais democrática. Reconhecendo que a aprendizagem e o ensino bem-sucedidos são regidos pela diferença pessoal. Conhecendo seus alunos e ensinando esse conhecimento, variando as oportunidades de aprendizagem para dar toda a chance de brilhar.

5. Abraçando a Diversidade – A instituição de ensino deve criar oportunidades para desenvolver a consciência da diversidade e questões globais ao Incentivar os alunos a desenvolverem a consciência das diferenças culturais e de aprendizado de cada um e relacionar esta experiência com o mundo do trabalho. De acordo com Ambrosetti (1999, p.92), “trabalhar com a diversidade não é, portanto, ignorar as diferenças ou impedir o exercício da individualidade”. Pelo contrário, esse trabalho envolver o favorecimento do diálogo. Neste sentido, constitui imperativo “dar espaço para a expressão de cada um e para a participação de todos na construção de um coletivo apoiado no conhecimento mútuo, na cooperação e na solidariedade”. (AMBROSETTI, 1999, p.92).

Portanto uma verdadeira instituição de ensino deve ser aquela que abraça a diferenças, procura favorecer condições de aprendizagens a todos, não importando sexo, cor, nível social e econômico, grau de aprendizagens e, sobretudo, deficiências, seja ela de que ordem for. Sendo uma escola que respeita a diversidade como chave para um processo de inclusão plena e concreta.

CONCLUSÃO

Levando-se em consideração tudo que foi apresentado nesse estudo, podemos observar que a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular atualmente é uma realidade muito frequente nas escolas atuais, embora a maioria das instituições de ensino ainda não se encontrarem adequadas e capacitadas para introduzirem esses alunos, como é o caso da dificuldade na acessibilidade juntamente com falta de materiais didáticos e a falta de preparação dos professores. Não podemos simplesmente ver a inclusão

como um acontecimento, mas sim como um processo, que necessita ser sempre analisado e avaliado durante o seu decorrer, isso tudo com bastante responsabilidade e compromisso.

Podemos perceber que, embora a legislação diz ser obrigatório as escolas terem professores de ensino preparados para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns. A maior dificuldade no entanto é a falta de capacitação desse profissional, além da infraestrutura inadequada para que se tenha um processo realizado de forma correta.

De acordo com a pesquisa realizada, além da falta de formação, percebemos que os professores não recebem formação continuada para exercer de maneira satisfatória seu trabalho com estas crianças e muito pouco, aprendem em sua formação na graduação.

Embora o professor encontre todas essas barreiras em seu trabalho, alguns procuram cursos e buscam se aperfeiçoar para desenvolver suas atividades de maneira satisfatórias para esse público.

A inclusão não deve ser levada como fardo, ela cresce a cada ano e o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos também acompanha esse crescimento. O que se busca é uma escola em que os alunos aprendam a conviver com as diferenças e se tornem cidadãos solidários. O professor é um instrumento fundamental nesse processo, pois é ele quem conduzirá sua aula para que essa realidade aconteça.

Alcançar os objetivos da prática educativa requer mudanças nas concepções, nas atitudes e no envolvimento de todo o quadro docente e, principalmente das instituições governamentais, em âmbito de políticas sociais e econômicas, fazendo com que a realidade do princípio da educação seja, realmente, responsabilidade de todos.

De um modo geral, cabe aos envolvidos nessa prática inclusiva, promover ações de aceitação, respeito, diálogo, cooperação, flexibilização tanto na adaptação curricular quanto na formação docente, ampla e contínua.

Os desafios do professor para trabalhar o contexto da inclusão dos alunos com deficiência, é algo complexo, porém não é impossível. No momento em que esses professores se capacitarem para atuar, ou seja, lecionar para esses alunos com deficiência, os seus limites serão vencidos pelo novo, e novas possibilidades de didáticas irão surgir, para que o desempenho desses alunados venha ser satisfatório, fazendo com que as suas dificuldades de entendimento venham ser superadas com a utilização de novas metodologias de ensino.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto escola viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Brasília, DF: MEC, SEF, 2013.

GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 21 out. 2017. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. In: _____. (Org.). Os professores e a sua formação. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p.15-33.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração dos direitos das pessoas deficientes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.

PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote,1993.

SILVA, Otto Marques da. A Epopeia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de. Ontem e de Hoje, São Paulo: CEDAS,1986.

SHÖN, Donald. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad. de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 23 nov. 2017. UNESCO. Declaração mundial de educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.